

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

TARDE

CARGO 04:

TÉCNICO DE PROCURADORIA - ADMINISTRAÇÃO



FUNDAÇÃO
CETAP

GOVERNO DO
ESTADO DO PARÁ

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

- 01** Você está recebendo o seu Caderno de Questões, contendo 60 (sessenta) Questões Objetivas de Múltipla Escolha, numeradas de 01 a 60, em ordem sequencial, e o comando para elaboração da Prova Discursiva. Confira a sequência numérica de seu Caderno de Questões antes de iniciar a resolução, assim como o número de páginas, comunicando, imediatamente, ao Fiscal de Sala, em caso de repetição ou ausência de questão ou página.
- 02** As respostas das Questões Objetivas de Múltipla Escolha do Caderno de Questões deverão ser transcritas para o Cartão Resposta com caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente.
- 03** Para cada questão da Prova Objetiva de Múltipla Escolha existirão 04 (quatro) alternativas de resposta (A, B, C e D), das quais apenas uma será correta, de acordo com o comando da questão. A marcação de mais de uma no Cartão Resposta anula, automaticamente, a resposta da questão.
- 04** A Prova Discursiva deverá ser manuscrita na Folha de Redação, em letra legível com caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente. A Prova Discursiva deverá respeitar o mínimo de 20 (vinte) linhas e o máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda na pontuação da mesma.
- 05** A Folha de Redação não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da Prova Discursiva. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da prova.
- 06** O tempo máximo disponível para realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e da Prova Discursiva é de 5h (cinco horas), já incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento do Cartão Resposta e da Folha de Redação.
- 07** Somente depois de decorridos 120 minutos do início da prova, o candidato poderá entregar o seu Caderno de Questões, seu Cartão Resposta e a sua Folha de Redação, e retirar-se da sala de prova.
- 08** Os 3 (três) últimos candidatos só poderão sair da sala de prova juntos.
- 09** Será permitido ao candidato levar consigo o Caderno de Questões e o Gabarito desde que nos últimos 30 (trinta) minutos antes do término da prova.

ATENÇÃO

Escreva no espaço apropriado do Cartão Resposta, com a sua caligrafia usual, a seguinte "frase mestra" de Dalai Lama:

"Julgue seu sucesso pelas coisas que você teve que renunciar para conseguir."

A transcrição da "frase mestra" é obrigatória e servirá para identificar o Cartão Resposta do candidato, bem como possibilitar o Exame Pericial Grafotécnico, quando for o caso. A falta da transcrição poderá ocasionar a eliminação do candidato no presente concurso público.

PROCURADORIA GERAL DO
ESTADO DO PARÁ - PGE
CONCURSO PÚBLICO C-209



Leia o texto e responda o que se pede no comando das questões.

COMO SE SENTE UM ESTRANGEIRO?

Estrangeiro é um conceito muito largo. Um sujeito que pode ser mil sujeitos. Eu não fui a mesma estrangeira na França que sou em Portugal. Assim como sei que um angolano, um francês ou um chinês em Portugal não se sentem da mesma forma que eu me sinto. Cada história é uma história, cada vivência é uma vivência.

Mas certos acontecimentos, eu acredito que sejam comuns. Há angústia pelas quais todos passamos, há medos compartilhados, prazeres que todos experimentamos, dúvidas que nos acompanham sempre, como as malas de rodinha e as saudades permanentes.

Todos vivemos uma certa fragilidade de raízes. Para nossos conterrâneos somos os que foram embora, e para os que nos recebem seremos sempre os de fora. É como se não pertencêssemos verdadeiramente a nenhum dos dois lugares, somos estrangeiros onde vivemos e, num dado momento, também somos estrangeiros no país onde nascemos. E não é simples de se lidar com o sentimento que isso traz.

Ser estrangeiro é ter sempre uma estranha sensação de que estão nos fazendo favor de nos deixarem permanecer na nossa própria casa. Trabalhamos, pagamos as contas, temos documentos, amores, projetos, mas mesmo assim não parecerem ser tão donos das nossas vidas. Nunca sabemos se aparecerá um Trump ou um outro absurdo qualquer.

Por outro lado, temos a contraditória riqueza de sentir que vivemos duas vidas ao mesmo tempo, enquanto os demais vivem apenas uma. A sensação é boa e é ruim. Uma vida mais preenchida, dois países, duas bases, dois ninhos. Ao mesmo tempo, duas ausências, duas saudades, dois vazios.

É difícil ser estrangeiro. As dúvidas sempre pairarão a seu respeito, não importa quão fiável você seja. Se você tiver nascido no hemisfério sul, as dúvidas duplicam. Assim como suponho que não seja fácil ser português na França nem romeno na Alemanha. Estrangeiros são eternas hipóteses. Por que está aqui? O que quer aqui? O que veio buscar aqui?

Contudo há dias em que o país que nos acolhe é puro abraço e nossas certezas dão o ar da graça. Há dias em que querem saber da nossa história, elogiam nosso sotaque e nossa coragem, fazem com que a gente se sinta bem-vindo. E talvez seja isso o que mais importa: sentir-se bem vindo. Com o resto a gente vai lidando.

Ser estrangeiro é viver na corda bamba dos sentimentos, na saga eterna dos documentos, na incerteza dos olhares e nas graças dos abertos que compensam todo o resto.

E, no fundo, é boa a sensação de apresentar a música do Zambujo para os amigos de lá e da Liniker para os amigos daqui. É bom levar azeitona boa para lá e trazer palmito de açaí para cá. Ensinar minhas amigas brasileiras a falarem "pirosa" e as amigas portuguesas a falarem "periguete". É bom presentear meu sogro com um livro do Gregório Duvivier e meu pai com um do Ricardo Araújo Pereira. É sorte beber a melhor cachaça e o melhor vinho. É bom carregar a alegria do samba e a emoção do fado no mesmo peito.

Ser estrangeiro dói, por mais confortável que a situação possa ser. Não, não é fácil. Mas vale a pena. Como dizia um simpático senhor português que mora nas minhas prateleiras desde que a alma não seja pequena. Que quer passar além do Bojador tem de passar além da dor. Aos poucos vamos aprendendo.

FONTE: MANUS, Ruth. In: Um Dia Vamos Rir de Tudo Isso, p. 181,182.

Questão 01

Em "Nunca sabemos se aparecerá um Trump ou um outro absurdo qualquer.", a alusão a Donald Trump, deve-se à:

- A) liberação excessiva de vistos que aviltou o mercado de trabalho aos estrangeiros.
- B) visionária postura do líder sobre o capital estrangeiro.
- C) política restritiva à entrada de trabalhadores estrangeiros nos E.U.A.
- D) simples opção estilística já que o nome do governante poderia ser trocado por Angela Merkel.

Questão 02

A perífrase "(...) simpático senhor português (...)" presente no parágrafo conclusivo identifica o escritor:

- A) Camões.
- B) Fernando Pessoa.
- C) Machado de Assis.
- D) Carlos Drummond de Andrade.

Questão 03

A sensação de pertencimento às duas culturas está assinalada no texto no aspecto lexical em:

- A) "Zambujo" e "Liniker".
- B) "pirosa" e "periguete".
- C) "cachaça" e "vinho".
- D) "samba" e "fado".

Questão 04

A marca textual que estabelece a vantagem de ser estrangeiro no parágrafo 5 é dada pela estrutura:

- A) "contraditória".
- B) "Por outro lado".
- C) "apenas uma".
- D) "vivemos".

Questão 05

Alternativa que não substitui com adequação semântica "os demais" na estrutura:

- “(...) vivemos duas vidas ao mesmo tempo, enquanto os demais vivem apenas uma.”
- A) oriundos.
- B) nativos.
- C) patricios.
- D) alóctone.

Questão 06

Sobre o excerto "Todos vivemos uma certa fragilidade de raízes.", é inadequado afirmar que:

- A) a concordância da frase é ideológica.
- B) a acentuação gráfica de "raízes" deve-se a um hiato.
- C) a posposição da palavra "certa" em relação à fragilidade altera o sentido.
- D) o sentido denotativo de raízes identifica como pertencente à determinada região ou cultura.

Questão 07

A reescritura do excerto só obedece aos padrões da norma culta em:

- A) Não, não é fácil, mas vale a pena.
- B) É sorte, beber a melhor cachaça.
- C) Ensinar, amigas brasileira, a falarem pirosa.
- D) (...) não importa quão fiável tu seja.

Questão 08

Análise a partícula "se" e identifique a alternativa em que há falha na análise morfológica:

- A) "Se você tiver nascido no hemisfério sul, (...)" / (conjunção subordinativa condicional).
- B) Nunca sabemos se aparecerá um Trump (...)" / (conjunção integrante).
- C) "Como se sente um estrangeiro?" / (partícula de realce).
- D) "(...) o que mais importa: sentir-se bem vindo." / (pronomes reflexivo).

Questão 09

A autora apresenta uma afirmação paradoxal em:

- A) "A sensação é boa e é ruim."
- B) "Há angústia pelas quais todos passamos, (...)"
- C) "(...) pagamos as contas, (...)"
- D) "É sorte beber a melhor cachaça e o melhor vinho."

Questão 10

As aspas no nono parágrafo assinalam:

- A) arcaísmos.
- B) palavras estrangeiras.
- C) termos de gírias.
- D) expressões de sentido irônico.



ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Questão 11

De acordo com o §1º e seus incisos do art. 26 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei n.º 13.709/2018 e suas alterações), é vedado ao Poder Público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, exceto:

- I- nos casos em que os dados forem acessíveis privativamente, observadas as disposições desta Lei;
- II- quando houver previsão legal ou a transferência for respaldada em contratos, convênios ou instrumentos congêneres;
- III- na hipótese de a transferência dos dados objetivar exclusivamente a prevenção de fraudes e irregularidades, ou proteger e resguardar a segurança e a integridade do titular dos dados, desde que vedado o tratamento para outras finalidades;
- IV- em casos de execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência, exclusivamente para esse fim específico e determinado, observado o disposto na Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Estão corretas apenas as afirmações:

- A) I e II.
- B) I, II e III.
- C) II, III e IV.
- D) I, III e IV.

Questão 12

Em atenção ao Programa de Integridade previsto no Decreto n.º 8.420/2018 e suas alterações, caso a pessoa jurídica apresente em sua defesa informações e documentos referentes à existência e ao funcionamento de programa de integridade, a comissão processante deverá examiná-lo segundo os parâmetros indicados no Capítulo IV, para a dosimetria das sanções a serem aplicadas. O programa de integridade será avaliado, quanto a sua existência e aplicação, de acordo com os seguintes parâmetros, exceto:

- A) análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao programa de integridade.
- B) registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica.
- C) comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa.
- D) padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a alguns dos empregados e administradores, independentemente de cargo ou função exercidos.

Questão 13

Em relação às disposições gerais da Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências, apenas não é correto afirmar:

- A) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.
- B) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
- C) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- D) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá ao Ministério Público iniciar inquérito para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

Questão 14

"Quanto maior o relacionamento da empresa com a Administração Pública, maior o risco de corrupção (...) Nessa lógica, as empresas que contratam com o Poder Público deveriam preocupar-se em incluir, em seu programa de *compliance*, aspectos específicos relacionados à prevenção da corrupção, de acordo com os parâmetros da Lei n.º 12.846/2013 e suas regulamentações." (Fonte: VERÍSSIMO, Carla. *Compliance: incentivo à adoção de medidas anticorrupção*. São Paulo: Saraiva, 2017. p.305).

"*Compliance* vem do inglês *to comply with*, significando estar de acordo, cumprir com as leis e regulamentos estatais." (Fonte: VERÍSSIMO, Carla. *Compliance: incentivo à adoção de medidas anticorrupção*. São Paulo: Saraiva, 2017. p.13).

Com base nas considerações apresentadas e com fulcro no art. 7º da Lei n.º 12.846/2013 e suas alterações, pode-se afirmar que a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica serão levados em consideração:

- A) na aplicação das sanções.
- B) no inquérito penal.
- C) no efeito negativo produzido pela infração.
- D) no valor dos contratos mantidos pela pessoa jurídica com o órgão lesado.

Questão 15

"Ao lado das normas jurídicas, porém, há outras normas que regulam a conduta dos homens entre si, isto é, normas sociais, e a ciência jurídica não é, portanto, a única disciplina dirigida ao conhecimento e à descrição de normas sociais. Essas outras normas sociais podem ser abrangidas sob a designação de Moral e a disciplina dirigida ao seu conhecimento e descrição

pode ser designada como Ética."(Fonte: KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. João Baptista Machado (trad.). 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 66). Sobre os conceitos de ética e moral, analise as afirmativas seguintes e marque a alternativa correta:

I- Existem muitas formas de moralidade, sendo que cada grupo social ou profissional tem sua identidade, delimitada por normas consentidas. A infração destas normas gera censura ou mesmo a exclusão daquele grupo determinado.

II- Ética pode ser entendida como uma reflexão sobre comportamentos humanos, de uma maneira diferente do que fazem os psicólogos, os sociólogos, os biólogos ou outros estudiosos do comportamento humano.

III- Os problemas teóricos da ética podem ser separados didaticamente em dois campos: os problemas gerais e fundamentais (consciência, liberdade, valor, bem, lei, etc.) e os problemas específicos de aplicação concreta (ética profissional, ética política, ética sexual, bioética, etc.). Na vida real, esses problemas tratados de diferentes pontos de vista pelas diferentes áreas do conhecimento humano, aparecem separadamente.

- A) Apenas a afirmativa I está correta.
B) Apenas a afirmativa II está correta.
C) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.



INFORMÁTICA

Questão 16

O Windows 10 traz em seu pacote um(a) assistente virtual que é controlado(a) através de comandos de voz. Esse(a) assistente da Microsoft é conhecido(a) como:

- A) Alexa.
B) Siri.
C) Cortana.
D) Assistant.

Questão 17

Com relação à organização e o gerenciamento de informações em sistema operacional Windows 10, marque a alternativa verdadeira:

- A) Não é possível criar subpastas a partir da pasta Downloads.
B) Arquivos podem ser organizados de forma alfabética somente se forem do mesmo tipo.
C) Uma pasta ou arquivo pode ser excluído sem obrigatoriamente passar pela Lixeira.
D) O nome dado a um arquivo mesmo somado ao caminho do arquivo (nomes de pasta e subpastas) pode ter tamanho infinito.

Questão 18

As células em uma planilha do aplicativo "Calc" (LibreOffice) possuem os seguintes valores: A1 = -10; A2 = 60. A fórmula "=MÉDIA(ABS(A1);ABS(A2))" retornará o valor:

- A) 25.
B) 35.
C) 60.
D) 0 (zero).

Questão 19

Com relação à editoração de textos no aplicativo Write (LibreOffice), para abrir a caixa de diálogo de modelos de documentos, usa-se a combinação de teclas:

- A) CTRL+SHIFT+F.
B) CTRL+SHIFT+M.

- C) CTRL+SHIFT+J.
D) CTRL+SHIFT+N.

Questão 20

A computação em nuvem pode oferecer três modelos de serviços. O modelo de serviço oferecido ao usuário em que se disponibiliza um conjunto de recursos computacionais fundamentais, como, por exemplo, capacidade de processamento, armazenamento e redes, sobre os quais pode ser instalado e executado qualquer tipo de software, incluindo sistemas operacionais e aplicações, é conhecido como:

- A) Nuvem Privada.
B) SaaS.
C) PaaS.
D) IaaS.



LEGISLAÇÃO

Questão 21

Em atenção aos dispositivos previstos na Lei Estadual n.º 6.813/2006 e suas alterações, que dispõe sobre a estruturação do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da Procuradoria-Geral do Estado e a criação de cargos em comissão no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, e dá outras providências, julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta:

I- Fica instituída carreira de suporte às atividades da Procuradoria-Geral do Estado, estruturada em três níveis para os cargos que compõem o Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da Procuradoria-Geral do Estado.

II- O acesso ao nível imediatamente superior na carreira dar-se-á através de promoção, obedecidos os critérios de antiguidade, merecimento e competência, alternadamente, observada a disponibilidade orçamentária e financeira e o cumprimento do interstício mínimo de cinco anos no nível em que se encontrar o servidor.

III- Os procedimentos para a promoção serão estabelecidos por decreto regulamentar, observando-se os critérios de eficiência, frequência, organização, responsabilidade, disciplina e aproveitamento nos cursos de capacitação profissional.

IV- O provimento dos cargos que compõem o Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da Procuradoria-Geral do Estado far-se-á no nível inicial da carreira, mediante nomeação dos aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos, a ser realizado pela Secretaria Executiva de Estado de Administração.

- A) Os itens I e II estão corretos.
B) Os itens II e III estão corretos.
C) Os itens I, II e IV estão corretos.
D) Os itens I, III e IV estão corretos.

Questão 22

De acordo com a Lei Estadual n. 5.810/94 e suas alterações que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, pode-se afirmar que ao servidor serão concedidas as seguintes gratificações, exceto:

- A) pela prestação de serviço extraordinário.
B) pela docência, em atividade externa profissional.
C) pela participação em comissão, ou grupo especial de trabalho.
D) pela elaboração de trabalho técnico, científico ou de utilidade para o serviço público.

Utilize os dispositivos do Decreto n. 1.395/2021 que homologou o Regimento Interno da Procuradoria Geral do Estado para responder as questões 23, 24, 25 e 26 a seguir:

Questão 23

Ao Núcleo de Planejamento (NUPLAN), diretamente subordinado ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 23, compete:

- I- responder pelo planejamento estratégico do órgão.
- II- observar e fazer observar as diretrizes estabelecidas nos programas, planos e ações do Poder Executivo Estadual.
- III- assessorar o Procurador-Geral e Procuradores-Gerais Adjuntos em assuntos que lhe forem atribuídos, especialmente no planejamento e em ações relacionadas a programas e projetos de interesse da Procuradoria-Geral.
- IV- executar outras atribuições correlatas conferidas por lei, regulamento ou por designação do Procurador-Geral e Procuradores-Gerais Adjuntos.

Estão corretos:

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens II e III.
- C) apenas os itens I, II e III.
- D) os itens I, II, III e IV.

Questão 24

As atribuições da Central de Cálculos - CECALC serão desempenhadas por servidores designados para atuar na unidade, aos quais caberá elaborar cálculos e laudos contábeis solicitados e prestar os esclarecimentos necessários à área requisitante, observado o prazo estabelecido em norma interna ou aplicável ao caso concreto. Sobre o assunto, apenas não se pode afirmar:

- A) O Procurador-Geral não poderá lotar servidor na CECALC para atuar no controle e movimentação de autos judiciais oriundos das Procuradorias Especializadas.
- B) O Procurador-Geral do Estado poderá designar um Procurador do Estado ou servidor da Procuradoria-Geral do Estado para exercer as atribuições de chefia da CECALC.
- C) O Procurador-Geral poderá lotar servidor na CECALC para atuar no recebimento e controle de demandas contábeis oriundas de entidades da Administração Indireta do Estado.
- D) O Procurador-Geral poderá lotar servidor na CECALC para atuar no controle e movimentação de autos administrativos oriundos das Procuradorias Especializadas e outras unidades do órgão.

Questão 25

Para cumprir sua finalidade institucional, a Procuradoria Geral conta, nos termos do art. 10, com a seguinte estrutura organizacional:

- I- GOVERNANÇA SUPERIOR ESTRATÉGICA.
- II- ASSESSORAMENTO SUPERIOR ESTRATÉGICO.
- III- GOVERNANÇA SUPERIOR COLEGIADA.
- IV- ASSESSORAMENTO SUPERIOR COLEGIADO.
- V- GESTÃO SUPERIOR FINALÍSTICA.
- VI- ASSESSORAMENTO À GESTÃO SUPERIOR FINALÍSTICA.
- VII- GESTÃO SUPERIOR ADMINISTRATIVA.
- VIII- ASSESSORAMENTO À GESTÃO SUPERIOR ADMINISTRATIVA.
- IX- GESTÃO OPERACIONAL.

Após a análise dos itens, pode-se afirmar:

- A) Apenas os itens II, IV e IX não fazem parte da estrutura organizacional da Procuradoria Geral.
- B) Apenas os itens I, II, III, VI e VIII fazem parte da estrutura

organizacional da Procuradoria Geral.

C) Todos os itens fazem parte da estrutura organizacional da Procuradoria Geral.

D) Os itens I, II, III, IV, V e VI não fazem parte da estrutura organizacional da Procuradoria Geral.

Questão 26

Nos termos do art. 29, o Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado, unidade orçamentária criada pela Lei Complementar n.º 041, de 29 de agosto de 2002, cuja receita é composta, entre outras fontes, pelo montante equivalente a 10% (dez por cento) dos valores arrecadados pelos Procuradores do Estado a título de honorários advocatícios, tem por finalidade custear e realizar os seguintes investimentos, exceto:

- A) reaparelhamento do órgão.
- B) aquisição, reforma e readequação de imóveis, instalações físicas, mobiliários, equipamentos e de produtos e serviços de tecnologia da informação.
- C) despesa com contribuição pessoal obrigatória dos Procuradores do Estado.
- D) programas de qualificação profissional de seu quadro de pessoal.

As questões 27, 28 e 29 devem ser respondidas de acordo com a Lei Complementar Estadual n. 41/2002 e suas alterações que altera a organização da Procuradoria-Geral do Estado do Pará, define sua competência e dispõe sobre a carreira dos Procuradores do Estado do Pará.

Questão 27

O Centro de Estudos, órgão de assessoramento e informação, subordinado ao Procurador-Geral do Estado, dirigido por um Coordenador nomeado em comissão dentre integrantes da carreira de Procurador do Estado ou servidores do Órgão, terá a seguinte competência, salvo:

- A) Editar, mensalmente, ementário de jurisprudência, de matéria de interesse do Estado.
- B) Elaborar a Revista da Procuradoria-Geral do Estado e outras publicações de interesse do Órgão.
- C) Manter divulgação atualizada, aos Procuradores do Estado, sobre matérias doutrinária, legislativa e jurisprudencial.
- D) Promover a criação de uma escola autorizada pelo Ministério da Educação a realizar diretamente cursos de pós-graduação *lato sensu* que visem ao aprimoramento intelectual e profissional dos Procuradores do Estado.

Questão 28

Sobre as Diretorias Administrativas previstas no art. 18, apenas não se pode afirmar:

- A) São órgãos de gerência diretamente subordinado ao Procurador-Geral do Estado.
- B) As Diretorias Administrativas, Coordenadorias e Gerências serão exercidas por servidores nomeados em comissão.
- C) Integram as Diretorias Administrativas as Coordenadorias responsáveis pelos serviços relacionados às áreas de atuação da atividade-meio da Procuradoria-Geral do Estado, conforme definido em regulamento.
- D) Tem como competência administrar as atividades administrativas, financeiras, orçamentárias, contábeis, de recursos humanos, contratos, serviços, patrimônio, planejamento, informática, gestão documental e demais atividades necessárias ao desempenho das atribuições da Procuradoria-Geral do Estado, na forma especificada em Lei Complementar.

Questão 29

Conforme o estabelecido nos artigos 1º e 2º sobre a Procuradoria-Geral do Estado, apenas não se pode afirmar:

- A) A Procuradoria-Geral do Estado é o órgão de representação judicial, consultoria e assessoramento jurídico do Estado do Pará.
- B) Zelar pela constitucionalidade dos atos da Administração Pública e pela observância dos princípios constitucionais, éticos e morais a ela aplicáveis compete à Procuradoria-Geral do Estado.
- C) Compete à Procuradoria-Geral do Estado representar sobre inconstitucionalidade de leis, seja propondo a medida ao Governador do Estado ou em cumprimento de determinação deste.
- D) Expedir, por deliberação do Procurador-Geral, orientações jurídicas em questões de relevante interesse público aos órgãos estaduais e entidades da administração indireta, que vinculam a administração Pública Estadual também é competência da Procuradoria-Geral do Estado.

Questão 30

De acordo com o art. 6º da Lei n.º 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados) e suas alterações, as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios, exceto:

- A) finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
- B) segurança: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integridade de seus dados pessoais.
- C) qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.
- D) transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.



NOÇÕES DE DIREITO

Com base nas Noções de Direito Constitucional, responda as questões 31 e 32 a seguir:

Questão 31

Analisar as alternativas seguintes e marque a única dissonante às Noções de Direito Constitucional.

- A) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- B) Assegurar a todos o acesso à informação e resguardar o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional, é um dos direitos e garantias fundamentais.
- C) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- D) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos a garantia do desenvolvimento nacional.

Questão 32

Nos termos do art. 19 da Constituição da República Federativa do Brasil, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- I- estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;
 - II- recusar fé aos documentos públicos;
 - III- criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
- Após a análise das afirmativas, pode-se afirmar que:
- A) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
 - B) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
 - C) a afirmativa I está correta.
 - D) a afirmativa II está errada.

Questão 33

Em alusão aos preceitos constitucionais sobre a Administração Pública, apenas não se pode afirmar:

- A) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, com prejuízo da ação penal cabível.
- B) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.
- C) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- D) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Questão 34

Sobre o impedimento do servidor ou autoridade em atuar em processo administrativo, conforme preceitua a Lei Ordinária n.º 8.972/2020 e suas alterações que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará, analise os itens a seguir e marque a alternativa correta:

- I- A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.
 - II- A comunicação do impedimento constitui falta grave para efeitos disciplinares.
 - III- É impedido de atuar em processo administrativo, sem prejuízo de outras hipóteses, o servidor ou autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
- A) Apenas o item I está correto.
 - B) Apenas o item II está errado.
 - C) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - D) Todos os itens estão corretos.

Questão 35

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve seguir aos seguintes preceitos constitucionais, exceto:

- A) respeito aos princípios da moralidade, publicidade e eficiência.
- B) obediência aos princípios de legalidade e impessoalidade.

C) ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública.

D) realizar licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam formas de pagamento, podendo modificar as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica dispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Questão 36

As normas fundamentais de processo civil trazidas na Lei n.º 13.105/2015 (Código de Processo Civil) estabelecem o seguinte:

I- A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juizes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, antes do início do processo judicial.

II- O princípio da cooperação estabelece que todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

III- Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

IV- Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.

Após a análise dos itens, marque a única alternativa correta:

- A) Os itens I e II estão corretos.
- B) Os itens III e IV estão errados.
- C) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- D) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.

Questão 37

A Lei n.º 13.140/2015 (Lei da Mediação) trata da Autocomposição de Conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito dos respectivos órgãos da Advocacia Pública, onde houver, com competência para realizar algumas atividades, exceto:

- A) se houver consenso entre as partes, reduzir o acordo a termo que constituirá título executivo judicial.
- B) dirimir conflitos entre órgãos e entidades da administração pública.
- C) promover, quando couber, a celebração de termo de ajustamento de conduta.
- D) avaliar a admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de composição, no caso de controvérsia entre particular e pessoa jurídica de direito público.

Questão 38

Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos. Sobre o assunto, leia as alternativas a seguir e marque a única em dissonância ao texto constitucional:

- A) O imposto sobre transmissão causa mortis e doação relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da transmissão ou da doação do bem, ou ao Distrito Federal.
- B) Relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.

C) Terá competência para sua instituição regulada por lei complementar se o doador tiver domicílio ou residência no exterior.

D) Se o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior, a competência para sua instituição será regulada por lei complementar.

Questão 39

Nos termos do art. 159 da Constituição da República Federativa do Brasil, a União entregará do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma, exceto:

- A) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.
- B) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios.
- C) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada à Amazônia a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer.
- D) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano.

Questão 40

Leia as assertivas sobre direitos humanos e marque a alternativa correta de acordo com o texto constitucional.

I- A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da prevalência dos direitos humanos.

II- Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis ordinárias.

III- Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Estadual.

- A) A assertiva I está correta.
- B) A assertiva II está correta.
- C) A assertiva III está correta.
- D) Apenas as assertivas II e III estão corretas.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 41

Paulo reconhece que precisa analisar os elementos constituintes do macro, microambiente e do ambiente interno na etapa do diagnóstico estratégico da procuradoria em que trabalha. Como não tem expertise para fazer esta análise, pediu ajuda para Fernanda, assessora de Planejamento e Gestão do órgão. Ela, corretamente, explicou-lhe:

- A) Os fatores externos à organização compõem o ambiente tarefa. Este ambiente compreende as tendências e forças gerais que impactam direta ou indiretamente na organização, como exemplo, as variáveis tecnológicas, demográficas e econômicas.
- B) As variáveis sociais são aquelas que resultam da estabilidade política, sistema econômico mais liberal ou restritivo, além do

conjunto de regulamentação governamental que inibe ou incentiva as decisões e comportamentos da organização.

C) É o ambiente interno que reflete as peculiaridades da organização, sua singularidade expressa nas capacidades internas e oportunidades de melhoria. Esses pontos fortes e fracos podem ser localizados também no clima organizacional, capacidade financeira e de inovação.

D) Os usuários que usam ou podem vir a usar um produto ou serviço oferecido pelo órgão fazem parte do ambiente interno, também chamado de ambiente-tarefa. Eles são a razão de ser da organização e afetam sua demanda.

Questão 42

Algumas dificuldades podem estar presentes durante a implementação estratégica, por esta razão, João reuniu-se com a equipe para mapeá-las e decidir como o time irá atuar para minimizar seus impactos. Na lista de João, constam, por exemplo, como dificuldades:

I- resistência à mudança;

II- ausência de comprometimento por parte dos superiores e dos subordinados;

III- canais de comunicação ágeis e assertivos;

IV- dificuldades financeiras para arcar com os custos de novos processos.

Estão corretos apenas os itens:

A) I e II.

B) I e III.

C) I, II e III.

D) I, II e IV.

Questão 43

A técnica *OKR* (*Objectives and Key Results*, ou seja, Objetivos e Resultados-chave) é considerada uma filosofia revolucionária e vem sendo usada cada vez mais por diferentes organizações inovadoras, como, por exemplo, a Procuradoria-Geral de Águas Claras. Na reunião de trabalho, inclusive, Pedro defendeu o uso da técnica, explicando aos demais seus benefícios. Dentre eles, encontram-se:

I- prazos longos para realização, assim, todos conseguem alcançar os resultados;

II- mais engajamento e responsabilidade por parte de quem participa da elaboração, execução e acompanhamento dos *OKRs*;

III- ampla publicização, uma vez que metas transparentes e conhecidas por todos melhoram mais o engajamento e a performance.

Estão corretos:

A) apenas os itens I e II.

B) apenas os itens I e III.

C) apenas os itens II e III.

D) os itens I, II e III.

Questão 44

O *feedback* é uma técnica na qual os gestores podem auxiliar os funcionários a tornarem-se conscientes de seus próprios desempenhos, sejam eles negativos ou positivos. A relação entre avaliador e avaliado depende da qualidade das reuniões de *feedback*. Por este motivo, o gestor, antes de qualquer reunião, deve ter em mente alguns cuidados. São eles:

I- ser cordial, identificando pontos que podem ser melhorados e soluções para superá-los;

II- manter contato visual durante a conversa é imprescindível;

III- reconhecer que alguns colaboradores não precisam de mais *feedback* que os demais;

IV- realizar *feedback* apenas nos períodos estabelecidos no calendário da organização.

Estão corretos apenas os itens:

A) I e II.

B) I e III.

C) I, II e III.

D) I, II e IV.

Questão 45

As habilidades que são aprendidas a partir das experiências de vida, fortalecendo a nossa capacidade de se adaptar a novas situações, desenvolver soluções criativas e satisfatórias para problemas e, além de tudo, interagir bem com as pessoas em geral são chamadas de:

A) *hardskills*.

B) competências técnicas.

C) *softskills*.

D) competências tangíveis.

Questão 46

Juliana está desenhando o programa de educação corporativa para os servidores da Procuradoria-Geral de Vale Grande. Ela pediu às consultoras contratadas pelo órgão que o programa seja atualizado e apresente em seu escopo as principais tendências da área, que abrangem:

I- *Microlearning*: conteúdos mais extensos e concentrados no mesmo dia de treinamento para evitar retirar o servidor de seu posto de trabalho várias vezes;

II- *Lifelong learning*: fortalecimento da cultura entre os servidores da necessidade de estarem em constante aprendizado dentro de um ambiente educacional formal;

III- *Blended learning*: definição de um mix entre treinamentos a distância e presenciais para os servidores do órgão.

Estão corretos:

A) apenas o item I.

B) apenas o item II.

C) apenas o item III.

D) os itens I, II e III.

Questão 47

De acordo com o Manifesto Ágil, os princípios são preceitos básicos para a utilização de métodos ágeis. Para que um método possa ser chamado de ágil, ele deve considerar que:

A) mudanças nos requisitos não são bem-vindas, porque prejudicam o desenvolvimento e impedem a entrega do produto em menor escala de tempo.

B) os ciclos de desenvolvimento devem ser mais curtos para que seja possível validar frequentemente se o que está sendo entregue atende à expectativa de valor pelo cliente.

C) o método mais eficiente e eficaz de transmitir informações para e entre uma equipe de desenvolvimento é através de e-mails corporativos.

D) as melhores arquiteturas, requisitos e designs emergem de equipes com estruturas centralizadas de comando e controle.

Questão 48

A visão taylorista, que tinha como objetivo o treinamento sistemático de trabalhadores – o homem como uma extensão da máquina –, passa a ser substituída por uma gestão mais humanizada, cujos principais pressupostos são:

I- o conhecimento do trabalhador é o capital mais valioso de uma organização, que valoriza seu talento e sua experiência;

II- a contribuição do trabalhador sai de um local restrito ao seu cargo para uma contribuição à organização como um todo;
III- profissionais que prestam um bom atendimento passam a ser mais valorizados, reforçando a importância de ter um capital humano reconhecido e capacitado para o sucesso de uma organização.

Estão corretos:

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens I e III.
- C) apenas os itens II e III.
- D) os itens I, II e III.

Questão 49

Hoje em dia, pensar em relacionamento com usuários sem considerar as redes sociais é ignorar uma das maiores ferramentas para estratégias de marketing. São algumas de suas características:

- I- divulgação centralizada de conteúdo;
- II- interação entre usuários;
- III- participação colaborativa.

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens I e III.
- C) apenas os itens II e III.
- D) os itens I, II e III.

Questão 50

A Procuradoria-Geral do Estado de Valinhos aprimorou e preservou sua gestão da ética corporativa e suas atividades de *compliance* no ano de 2020. Entre as principais ações desenvolvidas pelo órgão, estão:

- I- o conteúdo dos códigos e das políticas corporativas é reforçado junto ao público interno com capacitações periódicas e campanhas de divulgação;
- II- todos os servidores precisam tomar ciência do Código de Ética e Código Anticorrupção em um ato formalizado por escrito;
- III- a criação de um Comitê de ESG, dedicado restritamente a estudar as principais pautas relacionadas ao impacto social e econômico-financeiro da PGE.

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens I e III.
- C) apenas os itens II e III.
- D) os itens I, II e III.

Questão 51

As empresas públicas, as sociedades de economia mista as autarquias e as fundações são entidades que compõe a administração pública indireta. Pode-se destacar alguns princípios a serem seguidos por estas entidades, são eles:

- I- Princípio da reserva legal: somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- II- Princípio do fomento: todas as entidades da Administração Indireta devem fomentar o crescimento econômico e as desigualdades regionais.
- III- Princípio da especialidade: as entidades não podem ser instituídas com finalidades genéricas, vale dizer, sem que se defina na lei o objeto preciso de sua atuação.
- IV- Princípio do controle: as entidades que compõe a Administração indireta podem atuar com total e integral liberdade, sem qualquer controle do estado.

Estão corretos:

- A) somente os itens I e II.
- B) somente os itens II e III.
- C) somente os itens I e III.
- D) somente o item IV.

Questão 52

Sobre as empresas estatais, pode-se afirmar que:

- I- as empresas públicas só podem atuar na prestação de serviços públicos e sociedade de economia mista atua na exploração das atividade econômicas;
- II- o capital das empresas públicas decorre de capital eminentemente público e a sociedade de economia mista de capital público e privado;
- III- considerando que ambas atuam na exploração de atividade econômica, elas não estão sujeitas a controle da Administração Direta;
- IV- apesar de atuarem na exploração da atividade econômica, também podem atuar na exploração de serviços públicos e estão sujeitas a processos de licitações definidos na Lei das Estatais.

Com base nas assertivas, pode-se afirmar que somente:

- A) I e II estão corretas.
- B) II e IV estão corretas.
- C) I e IV estão corretas.
- D) III e IV estão corretas.

Questão 53

Quando se analisa as parcerias entre governo e sociedade, observa-se uma evolução legislativa no reconhecimento dessa participação mútua com a finalidade do *bem servir*. A legislação definiu de forma clara instrumentos jurídicos que garantam a utilização de recursos públicos com a finalidade da satisfação do interesse coletivo, são eles:

- A) Termos de Colaboração e de Fomento, sendo que o primeiro deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa e para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros Já o segundo deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- B) Termo de Ajuste Social e Termo de Controle Social, sendo que o primeiro tem a finalidade de buscar o compromisso das entidades do terceiro setor em realizar política pública a partir de plano de trabalho idealizado pelo governo e o segundo sendo tem a finalidade de buscar o compromisso do governo em realizar política pública a partir de plano de trabalho idealizado pelas entidades do terceiro setor.
- C) Termos de Colaboração e de Fomento, sendo que o primeiro deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros, quanto que o segundo deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- D) Termo de Ajuste Social e Termo de Controle Social, sendo que o primeiro tem a finalidade de buscar o compromisso do governo em realizar política pública a partir de plano de trabalho idealizado pelas entidades do terceiro setor e o segundo tem a finalidade de buscar o compromisso das entidades do terceiro setor em realizar política pública a partir de plano de trabalho idealizado pelo governo.

Questão 54

Após a celebração dos termos consignados na lei das parcerias com o poder público, os recursos transferidos e manuseados pela entidade beneficiada deverão ser aplicados no objeto pactuado a partir do plano de trabalho, sendo que, ao final, deverá a entidade beneficiada apresentar competente prestação de contas ao ente repassador. É correto afirmar sobre as possíveis conclusões em relação às contas prestadas:

- A) contas aprovadas, com quitação do responsável; contas aprovadas com ressalva, com impedimento da entidade beneficiada de firmar novas parcerias com o poder público; contas rejeitadas, devendo a administração instaurar a imediata tomada de contas especial.
- B) contas aprovadas, com quitação do responsável; contas aprovadas com ressalva, com condicionantes temporais para novas parcerias; e contas irregulares, devendo a administração instaurar a imediata apuração de responsabilidade a quem deu causa às irregularidades.
- C) aprovação da prestação de contas, com quitação do responsável; aprovação da prestação de contas com ressalvas; rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
- D) aprovação da prestação de contas; aprovação da prestação de contas com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário, mas condicionando à entidade beneficiada a assinar um termo de ajustamento de conduta, rejeição da prestação de contas, além da determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

Questão 55

Considerando que para os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, pode-se afirmar que:

- A) os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
- B) os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos não serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
- C) os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Despesa de Capital".
- D) os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Investimento".

Questão 56

Caso a prefeitura de um município queira pagar uma dívida com um imóvel, esta deverá alienar um imóvel para realizar a referida operação. Nestes termos, pode-se afirmar que o instituto jurídico adequado para o pagamento dessa dívida é:

- A) dação em pagamento, em que o imóvel, já desafetado, quitará o débito público.
- B) dação em pagamento, em que o imóvel ainda afetado, quitará o débito público.

C) investidura, em que o imóvel será alienado aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, área esta que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço nunca inferior ao da avaliação e desde que esse não ultrapasse a 50% (cinquenta por cento) do valor a R\$40.000,00 (quarenta mil reais).

D) permuta entre o imóvel público afetado e um imóvel particular.

Questão 57

Tomando por base a melhor doutrina, a Administração Pública pode celebrar contratos administrativos e contratos da Administração. Com base nos dois instrumentos, pode-se afirmar que:

- A) o contrato administrativo é o ajuste que a Administração Pública, agindo nessa qualidade, firma com particular ou outra entidade administrativa para consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria Administração. Já o contrato da administração é o ajuste que a Administração Pública, agindo nessa qualidade, firma com particular ou outra entidade administrativa para consecução de objetivos de interesse público, porém com interesses que não envolvam efetivamente recursos públicos, mas simples gestão.
- B) o contrato da administração é o ajuste que a Administração Pública, agindo nessa qualidade, firma com particular ou outra entidade administrativa para consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria Administração. Já o contrato administrativo é o ajuste que a Administração Pública, agindo nessa qualidade, firma com particular ou outra entidade administrativa para consecução de objetivos de interesse público, porém com interesses que não envolvam efetivamente recursos públicos, mas simples gestão.
- C) para diferenciar um do outro, basta que verifique se no contrato firmado existam cláusulas exorbitantes, pois só no contrato da administração estas estão presentes, pois nos contratos administrativos se estas estiverem, o contrato é considerado nulo de pleno direito.
- D) os contratos Administrativos são ajustes que a Administração, nessa qualidade, celebra com pessoa físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para a consecução de fins públicos, segundo regime jurídico de direito público, já os contratos de administração são ajustes firmados entre a Administração e os particulares sob normas de direito privado.

Questão 58

Sobre a duração dos contratos administrativos, segundo a Lei n.º 8.666/93 e alterações, pode-se afirmar que:

- A) a prestação de serviços a serem executados de forma contínua poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.
- B) a prestação de serviços a serem executados de forma contínua poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a quarenta e oito meses.
- C) considerando que os contratos de natureza continuada são aqueles em que a Administração Pública necessita independente do exercício, poderão ser celebrados com vigência indeterminada, resguardando a Administração rescindilos a qualquer momento com base no interesse público.
- D) todos os contratos administrativos não podem ser objeto de prorrogação, pois estão vinculados à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

Questão 59

Durante a execução de um convênio firmado entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal, verificou-se, na prestação de contas da primeira parcela repassada, a existência de inconformidades. Dessa forma, nos termos da legislação vigente, é correto afirmar que:

- A) poderão ser liberadas as parcelas remanescentes, haja vista que as impropriedades poderão ser sanadas até o final do convênio.
- B) poderão ser liberadas as parcelas remanescentes, haja vista que a prestação final será remetida ao Tribunal de Contas do Estado, órgão de controle externo encarregado de fiscalizar os recursos públicos do Estado repassados.
- C) as parcelas remanescentes deverão ficar retidas até o saneamento das impropriedades detectadas e, caso estas sejam insanáveis, haverá a rescisão do convênio.
- D) as parcelas remanescentes deverão ficar retidas até o saneamento das impropriedades detectadas e caso as parcelas sejam insanáveis, comunica-se o fato ao Ministério Público para este abra o processo de tomada de contas especial.

Questão 60

Ao final da vigência de um Convênio, verificou-se que foi aferido um determinado valor decorrente de aplicação financeira, enquanto o ente beneficiado realizava processo de licitação para a contratação da empresa que iria realizar o objeto do convênio. Com base nesta situação, pode-se afirmar que:

- A) as receitas financeiras auferidas a partir de aplicação financeira serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.
- B) as receitas financeiras auferidas a partir de aplicações financeiras poderão ser aplicadas em outra finalidade, desde que lastradas pelo interesse público.
- C) as receitas financeiras auferidas a partir de aplicações financeiras não serão computadas a crédito do convênio pois passam a integrar o orçamento do ente beneficiado, e dele podendo dispor para atendimento do interesse público.
- D) as receitas financeiras auferidas a partir de aplicações financeiras são nulas de pleno direito, pois verba de convênio não pode ser objeto de aplicação financeira.



Leia, com atenção, o texto:

Os valores de uma organização são suas crenças básicas, que direcionam as ações e o processo decisório das lideranças, bem como o comportamento das pessoas que nela trabalham.

Como são princípios gerais e diretrizes que norteiam a elaboração de planos e a execução de processos, não há dúvida de que os líderes devem ser os exemplos e os agentes na consolidação dos valores em uma organização, transformando-os em comportamentos observáveis no dia a dia do trabalho.

Abaixo, por exemplo, estão listados o conjunto de valores da Procuradoria Geral do Estado de Águas Claras:

- Valorização das pessoas
- Responsabilidade socioambiental
- Diversidade
- Diálogo aberto
- Inovação
- Transparência
- Ética

Redija um texto dissertativo, de 20 a 30 linhas, que apresente como você, gestor, consolidaria estes valores na cultura organizacional da procuradoria.

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19



PROVA DISCURSIVA

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

